

O IMAGINÁRIO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO TERRITORIAL DOS COLETIVOS CRIMINAIS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS

ANTONIO LOURENCE KILA DE QUEIROZ¹;
TIARAJU SALINI DUARTE²

¹Universidade Federal de Pelotas – antoniokila@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – tiaraju.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Autores como Marcelo Lopes de Souza (1994) quanto Alba Zaluar (2004) já denunciavam a necessidade de pensar a segurança pública sem preconceber o pesquisador como, irremediavelmente, um pesquisador conservador. Contudo, essa lógica tornou-se recorrente na academia brasileira, afastando pesquisadores de temas como criminalidade, violência ou tráfico de drogas.

ZALUAR (2004) já comentava sobre esta problemática nos anos 1990, apontando que as produções acadêmicas das ciências sociais (sociologia e antropologia, principalmente) tendiam a ver com maus olhos aqueles que pensavam sobre tais temas. Segundo o autor citado, tal contexto dá-se porque o Brasil havia saído de uma ditadura militar, carregando resquícios no imaginário acadêmico que a discussão sobre segurança vinculava-se diretamente ao poder repressivo do estado. SOUZA (1994) explicita que as generalizações simplistas, associando criminalidade e pobreza, feitas por conservadores tomou parte do campo teórico e da mídia brasileira, tornando-se parte de um imaginário social que compõe parte do pensar tais temas.

Neste contexto, podemos compreender que o surgimento de coletivos criminais emerge dentro de uma conjuntura prisional relacionada as próprias fraturas edificadas pelo Estado. Cita-se como exemplo o discurso que nasce na Falange Vermelha e perpassa outros coletivos criminais, o qual gira em torno da união entre criminosos e guerra ao Estado, pois este último seria responsável por uma série de opressões, injustiças e agressões contra apenados.

Diferentemente das gangues estadunidenses, os coletivos brasileiros nascem nas penitenciárias, ou seja, essas associações entre apenados não se dão pelo caráter étnico-racial, que tem forte influência na lógica estadunidense e que coordena sua base de atuação territorial (ZALUAR, 2004). No Brasil, os coletivos emergem pela vivência de experiências em um ambiente insalubre e edificado/coordenado pelo Estado, ou seja, o sistema prisional, tendo como palavras de ordem: justiça, liberdade e igualdade. Em função do recorte histórico-social (democratização pós-regime militar) que o país vivia, uma parte dos intelectuais brasileiros passou a entender estes agentes como uma espécie de “Robin Hood”, aqueles que se opunham ao Estado neoliberal, buscando justiça, liberdade e igualdade através da criminalidade.

É neste contexto que o presente trabalho constrói seu objetivo geral, o qual busca analisar como a lógica capitalista coordena o fenômeno do tráfico de drogas através da produção de um imaginário que possibilita sua própria reprodução. Para isso, utiliza-se o conceito de *imaginário* produzido por CASTORIADIS (2002) o qual versa sobre as visões de mundo constituídas por significados que dão sentido as práticas sociais (tais como “Deus” ou “Capital”).

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho centra-se na revisão bibliográfica de autores como Alba Zaluar. (2004), Marcelo Lopes de Souza (1995; 1998), Cornelius Castoriadis (2002), entre outros. Destaca-se que trabalhos centrados em revisões teóricas apresentam-se como essenciais no processo de desenvolvimento da ciência, tendo em vista que é por meio destas que possibilita-se a evolução do pensar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tráfico de drogas orientado pela gerência dos coletivos criminais é contemporâneo das revoluções tecnológicas globalizantes. Os avanços tecnológicos desenvolvidos desde a década de 1970 são ferramentas assimiladas por estes grupos, em conjunto com a própria ideologia capitalista de acumulação de capital.

Seja pela lógica meritocrata de ascensão, organização hierarquizada, pelo vislumbre do acúmulo exacerbado de capital ou pela forma de organização do processo de Produção-Atacado-Varejo, nota-se significativas similaridades entre a forma de pensar o sistema capitalista e o modo de agir das “facções”.

Tal característica de reprodução organizacional pode ser compreendida por exemplo, por meio do capital acumulado em carros de luxo, mansões e capital que são lavados em bancos (inter)nacionais (BOFF, 2020), os quais reafirmam a forma de pensar vigente e reproduzem a lógica de sustentação consumista da sociedade capitalista.

Estas características não ocorrem apenas por mera assimilação ou mimese; tais conjunturas são fruto da própria forma de organização do sistema de acumulação, sendo o tráfico de drogas a exemplificação do capitalismo selvagem (SOUZA, 1995b; 1998).

Na face político-social, os agentes envolvidos nesta atividade não se desvinculam da instituição capitalista da sociedade, sendo “utilizados” por ela, ao tempo que são “atraídos para dentro da esfera capitalista de significações, e por isso se v[e]em investidos de um novo sentido” (CASTORIADIS, 2002. p. 248).

Tais significações assimiladas interferem no tecido social, ao passo que na esfera da vida cotidiana, não raro a autonomia política local de organizações comunitárias é impedida através do domínio territorial dos grupos criminosos. Neste sentido, as relações heterônomas de poder que regem o imaginário capitalista (CASTORIADIS, 2002) e, conseqüentemente o tráfico de drogas, dificultam e até mesmo impossibilitam outras formas de sociabilidade que desafiem sua heteronomia.

MACHADO (2003) ressalta que os espaços territorializados por esta atividade devem ser entendidos como sistemas abertos, ou seja, devem ser analisados por meio de lógicas territoriais reticulares, onde a perturbação em determinado território terá consequência, maior ou menor, em toda a gama de territórios-redes (HAESBAERT, 2019) produzidas pelos coletivos criminais.

Logo, os territórios controlados por estes agentes são sistemas abertos, compartilhando trabalho, informação e capital, além de significações que possibilitam reprodução de um imaginário capitalista territorialmente expostos no cotidiano por meio da dominação efetiva do espaço através da força física e/ou psicológica.

4. CONCLUSÕES

O tráfico de drogas é composto por grandes empresários e jovens que servem de mão-de-obra na periferia do sistema capitalista. Neste processo, por maior que seja a diferença entre estes, o imaginário social que os rege é o mesmo. Logo, as organizações criminais são um importante agente ordenador do território brasileiro sob a efígie do capitalismo global, hierarquicamente organizados de forma vertical e horizontal.

Logo, podemos compreender que a lógica capitalista do consumo e acumulação coordena o fenômeno do tráfico de drogas através da produção de um imaginário que possibilita sua própria reprodução. Tal conjuntura dá-se por meio de estratégias que culminam com a ostentação de bens e cooptação de agentes para sua própria retroalimentação, as quais manifestam-se territorialmente por meio do domínio de espaços que objetivam em certa medida sustentar a própria prática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Tiago. **PF cumpre mandados contra quadrilha que movimentou 4 toneladas de cocaína do Paraguai para o RS: Polícia também sequestrou mais de R\$ 20 milhões em bens dos traficantes, entre dezenas de veículos de luxo e 110 imóveis.** GAÚCHAZH, Porto Alegre, 5 nov. 2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/pf-cumpre-mandados-contra-quadrilha-que-movimentou-4-toneladas-de-cocaina-do-paraguai-para-o-rs-ckh4ogzt4000a016gok68x28w.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do labirinto II - domínios do homem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 83-105, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 369 p.

MACHADO, Lia Osório. Região, cidades e redes ilegais: Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional.** São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.695-707.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra, a - Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

RODRIGUES, Pedro de Oliveira. O tráfico de drogas na dinâmica capitalista: uma introdução ao debate. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 16. 2019, Brasília, DF. **Anais eletrônicos.** Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acessado em: 31 jul. 2021.

SALLUN JR., Brásilio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol.18 no.52 São Paulo June 2003.
SANTOS, Milton **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. In: **Cadernos de Geociências**. Rio de Janeiro, nº 13, jan./mar. 1995b. p. 161-171.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. In: **Cadernos do IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VIII, nº 2/3. Set./Dez. 1994. pp 25 -39.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Tráfico de Drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. **Encontro Anual da ANPOCS**, 22, 1998. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt20/gt21-14>. Acessado em: 15/06/2021.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 440 p.